

ANO III - EDIÇÃO Nº 608 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quinta-Feira, 04 de outubro de 2018

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 099/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art. 17, inciso V, alínea "c", da Lei Complementar Estadual nº 51/2008; no art. 40, "caput", da Constituição Federal; Emenda Constitucional nº 47/2005, art. 3º, incisos I, II e III, parágrafo único; e respectivas disposições da Lei Estadual nº 1.614/2005, de 04 de outubro de 2005, Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012; e Lei Estadual nº 1.940/2008, art. 20, inciso IX; considerando o Despacho nº 620/2018/GABPRES, de 25 de setembro de 2018, e demais documentação constante do Procedimento Administrativo nº 2018.04.204890P, oriundo do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor ENOQUE BARBOSA DE SOUSA, matrícula nº 1689, Técnico Ministerial, Classe EC, Padrão 17, Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, carga horária 180 horas, com proventos integrais fixados conforme a seguir, custeados com os recursos do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins – FUNPREV e reajuste paritário, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei.

PROVENTOS	R\$ 10.068,39
VANTAGEM PESSOAL	R\$ 5.535,22
VALOR DO BENEFÍCIO	R\$ 15.603,61

Art. 2º Este Ato entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins - DOMP/TO.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 03 de outubro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 100/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 17, V, 'n', 2, da Lei Complementar Estadual n.º 51, de 02 de janeiro de 2008; "ad referendum" do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º PUBLICAR, na forma do Anexo Único deste Ato, a Lista de Antiguidade dos Membros do Ministério Público do Estado do Tocantins, situação até 04 de outubro de 2018.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Ato nº 095/2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 04 de outubro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO ÚNICO

LISTA DE ANTIGUIDADE DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SITUAÇÃO EM : 4 de outubro de 2018

2ª INSTÂNCIA										
PROCURADORES DE JUSTIÇA										
Ord.	Nome	Início na Carreira			Exercício na Instância			Tempo de MP		
		Ano	Mês	Dias	Anos	Meses	Dias	Anos	Meses	Dias
1	Leila da Costa Vilela Magalhães	1985	12	23	29	6	20	32	9	11
2	José Omar de Almeida Júnior	1990	1	30	21	1	22	28	8	4
3	Alcir Raineri Filho	1990	2	5	21	1	22	28	7	29
4	Vera Nilva Alvares Rocha Lira	1990	1	31	21	0	10	28	8	3
5	João Rodrigues Filho	1987	5	8	20	7	2	31	4	26
6	José Demóstenes de Abreu	1990	8	1	17	6	22	28	2	3
7	Ricardo Vicente da Silva	1990	2	2	15	4	6	28	8	2
8	Marco Antônio Alves Bezerra	1990	2	2	12	7	21	28	8	2
9	Elaine Marciano Pires	1990	2	5	12	7	21	28	7	29
10	José Maria da Silva Júnior	1992	1	2	6	10	22	26	9	2
11	Jacqueline Borges Silva Tomas	1990	2	5	4	10	14	28	7	29
12	Ana Paula Reigola Ferreira Catini	1991	3	21	0	0	23	27	6	13
1ª INSTÂNCIA										
PROMOTORES DE JUSTIÇA DE 3ª ENTRÂNCIA										
Ord.	Nome	Início na Carreira			Exercício na Entrância			Tempo de MP		
		Ano	Mês	Dia	Anos	Meses	Dias	Anos	Meses	Dias
1	Maria Cotinha Bezerra Pereira	1990	2	2	27	6	27	28	8	2
2	Gilson Arrais de Miranda	1990	2	5	27	0	14	28	7	29
3	Marcos Luciano Bignotti	1990	8	1	26	1	13	28	2	3
4	Marcelo Ulisses Sampaio	1991	3	21	25	10	23	27	6	13
5	Ceres Gonzaga de Rezende	1991	3	21	25	6	5	27	6	13
6	Carlos Gagossian Júnior	1991	3	21	25	5	29	27	6	13
7	Edson Azambuja	1991	3	21	25	5	22	27	6	13
8	Moacir Camargo de Oliveira	1991	3	21	25	4	23	27	6	13
9	Beatriz Regina Lima de Mello	1991	3	21	24	4	26	27	6	13
10	José Eduardo Sampaio	1990	2	2	20	8	17	24	9	6
11	Zenaide Aparecida da Silva	1991	3	21	21	0	2	27	6	13
12	Maria Cristina Costa Vilela	1992	1	2	20	9	15	26	9	2
13	Miguel Batista de Siqueira Filho	1993	1	27	20	9	15	25	8	7
14	Kátia Chaves Gallieta	1993	8	13	20	9	15	25	4	23
15	Cantionilton Pereira da Silva	1993	8	30	20	9	15	25	1	4
16	Maria Roseli de Almeida Pery	1993	11	9	20	9	15	24	10	25
17	Nilomar dos Santos Farias	1993	1	27	20	3	3	25	8	7
18	Lucídio Bandeira Dourado	1997	4	24	20	3	3	25	1	25
19	Francisco Rodrigues de Souza Filho	1997	4	24	20	3	3	21	5	10
20	Maria Natal de Carvalho Wanderley	1997	4	24	20	3	3	21	5	10
21	Fábio Vasconcellos Lang	1997	4	24	20	3	3	21	5	10
22	Jussara Barreira Silva Amorim	1997	4	24	20	3	3	21	5	10
23	Célio Sousa Rocha	1997	10	6	18	1	10	20	11	28
24	Adriano César Pereira das Neves	1997	10	6	18	0	16	20	11	28
25	André Ramos Varanda	1998	7	27	17	9	19	20	2	7
26	Valéria Buso Rodrigues Borges	1997	10	6	16	10	26	20	11	28
27	Flávia Souza Rodrigues	1998	7	27	16	10	26	20	2	7
28	Sterlane de Castro Ferreira	1997	10	6	15	4	2	20	11	28
29	Alzemirol Wilson Peres de Freitas	1997	10	6	15	4	2	20	11	28
30	Delveaux Vieira Prudente Júnior	2001	6	4	14	11	11	17	4	0
31	Pedro Geraldo Cunha de Aguiar	1997	10	6	14	10	7	20	11	28
32	Waldelice Sampaio Moreira Guimarães	1997	10	6	14	10	7	20	11	28

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Chefe de Gabinete da P.G.J.

THAÍS CAIRO SOUZA LOPES
Promotora Assessora do P.G.J.

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

OUIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Ouvidora

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL - CESAF

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Coordenadora

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO Telefone: (63) 3216-7600

33	Konrad Cesar Rezende Wimmer	2001	6	4	14	10	7	17	4	0
34	Weruska Rezende Fuso Prudente	2001	6	4	14	10	7	17	4	0
35	Abel Andrade Leal Júnior	2001	6	4	14	8	3	17	4	0
36	Thiago Ribeiro Franco Vilela	2001	6	4	14	8	3	17	4	0
37	Felício de Lima Soares	2001	6	4	14	6	24	17	4	0
38	Rodrigo Barbosa Garcia Vargas	2001	6	4	16	11	7	14	2	2
39	Márcia Mirele Stefanello Valente	2001	6	4	11	11	19	17	4	0
40	Maria Juliana Naves Dias do Carmo	1997	4	24	11	11	24	21	5	10
41	Benedicto de Oliveira Guedes Neto	2004	6	15	11	11	24	14	3	19
42	Rodrigo Grisi Nunes	2004	6	15	11	11	24	14	3	19
43	Sidney Fiori Júnior	2004	6	15	11	11	24	14	3	19
44	Octahydes Ballan Júnior	2004	6	15	11	11	24	14	3	19
45	Diego Nardo	2004	6	15	11	11	24	14	3	19
46	Vinicius de Oliveira e Silva	2004	6	15	11	11	24	14	3	19
47	Vilmar Ferreira de Oliveira	2001	6	4	11	7	26	17	4	0
48	Cristian Monteiro Melo	2001	6	4	11	7	26	17	4	0
49	Marcelo Lima Nunes	2004	6	15	11	7	26	14	3	19
50	Pedro Evandro de Vicente Rufato	2004	6	15	10	4	13	14	3	19
51	André Ricardo Fonseca Carvalho	2004	6	15	10	4	13	14	3	19
52	Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira	2004	6	15	10	4	13	14	3	19
53	Guilherme Goseling Araújo	2004	6	15	9	11	14	14	3	19
54	Ricardo Alves Peres	2004	6	15	9	11	14	14	3	19
55	João Neumann Marinho da Nóbrega	2004	8	9	9	11	14	14	1	25
56	Eurico Greco Puppio	2001	6	4	7	9	18	17	4	0
57	Juan Rodrigo Carneiro Aguirre	2004	6	15	7	9	18	14	3	19
58	Araíza Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro	2007	8	27	7	9	18	15	5	2
59	Luiz Francisco de Oliveira	2007	8	27	7	9	18	11	1	7
60	Fernando Antonio Sena Soares	2007	8	27	7	9	18	11	1	7
61	Luiz Antônio Francisco Pinto	2007	8	27	7	9	18	11	1	7
62	Leonardo Gouveia Olhê Blanck	2007	8	27	7	8	3	11	1	7
63	Adriano Zizza Romero	2007	11	29	7	0	22	10	10	5
64	Reinaldo Koch Filho	2008	6	9	7	0	22	10	3	25
65	Roberto Freitas Garcia	2008	6	9	5	6	14	10	3	25
66	Ana Lúcia Gomes Vanderley Bernardes	2008	6	9	5	6	14	10	3	25
67	Décio Gueirado Júnior	2008	6	9	5	6	14	10	3	25
68	Airton Amílcar Machado Momo	2008	6	9	3	10	21	10	3	25
69	Tarso Rizo Oliveira Ribeiro	2008	6	9	3	10	21	10	3	25
70	Rafael Pinto Alamy	2008	6	9	3	10	21	10	3	25
71	Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira	2008	9	22	3	10	21	10	0	12
72	Argemiro Ferreira dos Santos Neto	2008	9	22	3	6	22	10	4	12
73	Breno de Oliveira Simonassi	2009	9	4	3	3	26	9	10	3
74	Thais Cairo Souza Lopes	2009	10	8	3	3	26	8	8	29
75	Cynthia Assis de Paula	2010	4	5	2	7	18	8	5	29
76	Luciano César Casaroti	2010	4	5	2	7	18	8	5	29
77	Lissandro Aniello Alves Pedro	2010	2	1	2	5	15	8	8	3
78	Cristina Seuser	2010	6	29	2	3	7	8	3	5
79	Daniel José de Oliveira Almeida	2010	6	29	1	11	24	8	3	5
80	Celsimar Custódio Silva	2010	12	6	1	7	20	10	0	27
81	Guilherme Cintra Deleuse	2010	12	6	0	5	10	7	9	28
82	Francisco José Pinheiro Brandes Júnior	2009	9	4	0	1	19	9	1	0
1ª INSTÂNCIA										
PROMOTORES DE JUSTIÇA DE 2ª ENTRÂNCIA										
Ord.	Nome	Início na Carreira			Exercício na Entrância			Tempo de MP		
		Ano	Mês	Dia	Anos	Meses	Dias	Anos	Meses	Dias
1	Thais Massilon Bezerra	2004	6	15	11	7	23	14	3	19
2	Mateus Ribeiro dos Reis	2004	6	15	9	6	11	14	3	19
3	Paulo Sérgio Ferreira de Almeida	2008	6	9	7	10	18	10	3	25
4	Elizon de Sousa Medrado	2009	10	29	5	6	14	8	11	5
5	Rodrigo Alves Barcellos	2011	1	10	3	3	26	7	8	24
6	Milton Quintana	2010	6	29	2	5	15	8	3	5
7	Bartira Silva Quintero	2014	2	3	2	3	7	4	8	1
8	Caleb de Melo Filho	2010	8	3	1	11	24	8	2	1
9	Isabelle Rocha Valença Figueiredo	2014	2	3	1	11	24	4	8	1
10	Adailton Saraiva Silva	2014	2	7	1	7	20	4	7	24

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

11	Rui Gomes Pereira da Silva Neto	2014	6	2	1	7	20	4	4	2
12	Munique Teixeira Vaz	2008	6	9	8	3	0	10	3	4
13	Ruth Araújo Viana	2014	6	2	1	0	22	4	4	2
14	Pedro Jainer Passos Clarindo da Silva	2015	12	9	0	1	19	2	9	25
15	Luma Gómes de Souza	2015	12	9	0	1	19	2	9	25
16	Juliana da Hora Almeida	2015	12	9	0	1	19	2	9	25

1ª INSTÂNCIA**PROMOTORES DE JUSTIÇA DE 1ª ENTRÂNCIA**

Ord.	Nome	Início na Carreira			Exercício na Entrância			Tempo de MP		
		Ano	Mês	Dia	Anos	Meses	Dias	Anos	Meses	Dias
1	João Edson de Souza	2007	8	27	9	1	4	11	1	7
2	Renata Castro Rampanelli Cisi	2010	10	8	4	10	22	7	11	26
3	Leonardo Valério Pulis Ateniense	2014	11	6	1	3	20	3	10	28
4	Priscilla Karla Stival Ferreira	2014	11	6	1	0	22	3	10	28
5	Gustavo Schult Júnior	2015	12	9	0	5	10	2	9	25
6	Rogério Rodrigo Ferreira Mota	2015	12	9	0	1	19	2	9	25

1ª INSTÂNCIA**PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS**

Ord.	Nome	Início na Carreira			Exercício na Entrância			Tempo de MP		
		Ano	Mês	Dia	Anos	Meses	Dias	Anos	Meses	Dias
1	Anton Klaus Matheus Morais Tavares	2017	5	8	0	0	0	1	4	26
2	Laryssa Santos Machado Filgueira	2017	5	8	0	0	0	1	4	26
3	Andre Henrique Oliveira Leite	2017	5	8	0	0	0	1	4	26
4	Celem Guimarães Guerra Júnior	2017	5	8	0	0	0	1	4	26
5	Saulo Vinhal da Costa	2018	10	1	0	0	0	0	0	3
6	Eduardo Guimarães Vieira Ferro	2018	10	1	0	0	0	0	0	3
7	Janete de Souza Santos Intigiar	2018	10	1	0	0	0	0	0	3

PORTARIA Nº 793/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51/08, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO as Portarias nº 778/2018 e nº 779/2018, de 26 de setembro de 2018, referente a exoneração e nomeação do servidor JOÃO RICARDO ARAÚJO SILVA, Analista Ministerial Especializado – Ciências Econômicas, Matrícula nº 94509.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 03 de outubro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 794/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEER lotação à servidora ELAINE AIRES NUNES CARDOSO, matrícula nº 1018833-5, no CAOPIJ – Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, retroagindo seus efeitos a 17 de setembro de 2018.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 03 de outubro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 19.30.1516.0000383/2018-46

ASSUNTO: Procedimento Licitatório objetivando a formação de Ata de Registro de Preços para aquisição de purificadores de água natural e gelada.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 474/2018 – Em cumprimento ao previsto no artigo 7º, § 2º, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93, APROVO o Termo de Referência, às fls. 60/61v, objetivando a formação de Ata de Registro de Preços para aquisição de purificadores de água natural e gelada, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, demais Promotorias de Justiça da Capital e Promotorias de Justiça do Interior do Estado do Tocantins. Ato contínuo, na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02 e no Decreto Federal nº 7.892/13, bem como nos Atos PGJ nº 014/2013 e nº 021/2016, considerando as manifestações favoráveis constantes no Parecer Administrativo nº 203/2018, às fls. 73/76, exarado pela Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 069/2018, às fls. 80/82, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura do respectivo procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob a forma de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 04 de outubro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 19.30.1540.0000030/2018-02

ASSUNTO: Ressarcimento de despesas

INTERESSADO: ANTÔNIO GILDOMAR DE SOUSA SOARES

DESPACHO Nº 475/2018 – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando a viagem a serviço desta Instituição efetuada pelo Oficial de Diligências, ANTÔNIO GILDOMAR DE SOUSA SOARES, itinerário Taguatinga/Ponte Alta do Bom Jesus/Taguatinga, no dia 21/09/2018, conforme descrito na Memória de Cálculo nº 081/2018 e respectivos documentos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido servidor, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 54,53 (cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária específica, consignada no orçamento da unidade da Procuradoria-Geral de Justiça.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 04 de outubro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

TERMO DE EXERCÍCIO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art., 17, inciso V, alínea "a", da Lei Complementar nº 51 de 02 de janeiro de 2008 – Lei Orgânica do Ministério Público Estadual, e considerando as NOMEAÇÕES e POSSES, por habilitação em concurso público, dos Bacharéis SAULO VINHAL DA COSTA, EDUARDO GUIMARÃES VIEIRA FERRO e JANETE DE SOUZA SANTOS INTIGAR ao cargo de Promotor de Justiça Substituto, defere-lhes o exercício, para todos os efeitos legais, determinando que seja consignada em seus assentamentos funcionais a data de hoje, 1º de outubro de 2018, como termo inicial de assunção no cargo.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 1º de outubro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

SAULO VINHAL DA COSTA
Promotor de Justiça Substituto

EDUARDO GUIMARÃES VIEIRA FERRO
Promotor de Justiça Substituto

JANETE DE SOUZA SANTOS INTIGAR
Promotora de Justiça Substituta

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA DG Nº 174/18

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 99 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 033/2017, de 03 de abril de 2017.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional – NIS, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010246678201811, em 28 de setembro de 2018, da lavra do Dr. Célio Sousa Rocha, Promotor de Justiça/ Coordenador do NIS.

R E S O L V E:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Lígia Sumaya Carvalho Ferreira Trindade, referente ao período aquisitivo 2016/2017, marcadas anteriormente de 01/10/2018 a 30/10/2018, assegurando o direito de usufruto desses 30 (trinta) dias em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 03 de outubro de 2018.

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

PORTARIA DG Nº 175/2018

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 99 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 033/2017, de 03 de abril de 2017.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) Departamento Administrativo/Área de Transporte, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010246792201824, em 03 de outubro de 2018, da lavra do Sr. Leandro Ferreira da Silva, Chefe do Departamento Administrativo.

R E S O L V E:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) HEBER RICARDO DA CRUZ ALMEIDA, referente ao período aquisitivo 2017/2018, marcadas anteriormente de 17/10/2018 a 15/11/2018, assegurando o direito de usufruto desses 30 (trinta) dias em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 03 de outubro de 2018.

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

PORTARIA DG Nº 176/2018

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 99 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 033/2017, de 03 de abril de 2017.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) Departamento Administrativo/Área de Patrimônio, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010246868201811, em 03 de outubro de 2018, da lavra do Sr. Leandro Ferreira da Silva, Chefe do Departamento Administrativo.

R E S O L V E:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Jailson Pinheiro da Silva, referente ao período aquisitivo 2016/2017, marcadas anteriormente de 01/10/2018 a 30/10/2018, assegurando o direito de usufruto desses 30 (trinta) dias em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 03 de outubro de 2018.

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

PORTARIA DG Nº 177/2018

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 99 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 033/2017, de 03 de abril de 2017.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) 11ª Promotoria de Justiça da Capital, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010246984201831, em 03 de outubro de 2018, da lavra do Dr. Carlos Gagossian Júnior, Promotor de Justiça.

R E S O L V E:

Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Alessandra de Oliveira Carvalho, a partir do dia 03/10/2018, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, marcadas anteriormente de 27/09/2018 a 08/10/2018, assegurando o direito de usufruto dos 06 (seis) dias restantes em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 04 de outubro de 2018.

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

PORTARIA DG Nº 178/2018

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 99 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 033/2017, de 03 de abril de 2017.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) Conselho Superior do Ministério Público, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010246747201871, em 03 de outubro de 2018, da lavra do Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça.

R E S O L V E:

Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Maria da Guia Costa Mascarenhas, a partir do dia 01/10/2018, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, marcadas anteriormente de 19/09/2018 a 18/10/2018, assegurando o direito de usufruto dos 18 (dezoito) dias restantes em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 04 de outubro de 2018.

Uiliton da Silva Borges

Diretor-Geral

P.G.J

PORTARIA DG Nº 179/2018

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 99 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 033/2017, de 03 de abril de 2017.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) Depto. de Modernização e Tecnologia da Informação - DMTI, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010247002201828, em 03 de outubro de 2018, da lavra do Sr. Huan Carlos Borges Tavares, Chefe do DMTI.

R E S O L V E:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Tony Kamillo Borges Reis, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, marcadas anteriormente de 15/10/2018 a 01/11/2018, assegurando o direito de usufruto desses 18 (dezoito) dias em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 04 de outubro de 2018.

Uiliton da Silva Borges

Diretor-Geral

P.G.J

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÃO

LICITAÇÃO - MODALIDADE CONCURSO

REGULAMENTO Nº 001/2018

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins informa a todos os interessados a **prorrogação** do prazo para as inscrições para participação no **3º PRÊMIO MINISTÉRIO PÚBLICO DE JORNALISMO** – Tema “Direitos e deveres do cidadão – o Ministério Público se faz presente”, que objetiva premiar os trabalhos no que se refere, especificamente, à atuação do Ministério Público do Tocantins em favor dos interesses sociais e individuais indisponíveis, por meio da seleção técnica de trabalhos inscritos em cinco categorias: Jornalismo Impresso, Radiojornalismo, Telejornalismo, Webjornalismo e Fotojornalismo, conforme condições estabelecidas no Regulamento.

Prorrogação do Período de Inscrição: 12 de abril de 2018 a 15 de outubro de 2018.

Podem concorrer ao prêmio **somente matérias veiculadas e fotos publicadas no período compreendido entre 01º de janeiro e 15 de outubro de 2018.**

O prazo final para a inscrição é dia 15 de outubro de 2018. Esta é a data-limite para registro da postagem de envio dos trabalhos pelos Correios, que deverá ser feito, obrigatoriamente, via Sedex ou por carta registrada. O carimbo postal servirá como comprovante da data do envio.

Edital: Os interessados poderão obter o Edital e seus anexos (ficha de inscrição e outros formulários pertinentes) no site do Ministério Público do Tocantins <https://mpto.mp.br/web/premio-de-jornalismo/>

Informações: E-mail: premiompdejornalismo@mpto.mp.br / Telefone: (63) 3216-7562

Palmas-TO, 03 de outubro de 2018.

Ricardo Azevedo Rocha

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE REMARCAÇÃO DO PREGÃO nº 020/2018

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ME/EPP

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, por meio da Comissão Permanente de Licitação, comunica a quem possa interessar, que o **Pregão Presencial nº 020/2018**, processo nº 19.30.1516.0000204/2018-29, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO, VÍDEO, FOTO, UTENSÍLIOS PARA ESCRITÓRIO, ELETRODOMÉSTICOS E MÓVEIS PARA COPA/COZINHA**, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e para as demais Promotorias de Justiça da Capital e do Interior foi declarado **DESERTO** para o **item 06**. Ficando remarçada a sessão referente ao mesmo para o dia **22/10/2018**, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), na sala de licitações no 2º Piso, do Prédio da Procuradoria-Geral de Justiça, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO. O edital está disponível no sítio: www.mpto.mp.br.

Palmas-TO, 03 de outubro de 2018.

Ricardo Azevedo Rocha

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

AVISO DE PREGÃO

**EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E
EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ME/EPP**

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público que fará realizar na Sala de Licitações no 2º Piso, do Prédio Sede do Ministério Público, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO, no dia **19/10/2018**, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), a abertura do **Pregão Presencial nº 031/18**, processo nº 19.30.1516.0000370/2018-09, objetivando a **AQUISIÇÃO DE APARELHOS TELEFÔNICOS HEADSET**, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins. O edital está disponível no sítio: www.mpto.mp.br.

Palmas-TO, 03 de outubro de 2018.

Ricardo Azevedo Rocha
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**PAUTA DA 195ª SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
09/10/2018 – 9H**

- 1 Apreciação de Atas;
- 2 Aberturas dos Concursos de Remoção/Promoção de 3ª, 2ª e 1ª Entrâncias;
- 3 E-doc nº 07010243745201829 – Interessado: Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Encaminha para referendo, Ato no 090/2018, que trata da Lista de Antiguidade dos Membros do Ministério Público do Estado do Tocantins, situação até 11 de setembro de 2018 (Secretário José Demóstenes de Abreu);
- 4 E-doc nº 07010246133201898 – Interessado: Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Encaminha para referendo, Ato no 095/2018, que trata da Lista de Antiguidade dos Membros do Ministério Público do Estado do Tocantins, situação até 24 de setembro de 2018 (Secretário José Demóstenes de Abreu);
- 5 Autos nº E-ext nº 2017.0001667 – Interessado: Procurador-Geral de Justiça José Omar de Almeida Júnior. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 2017.0001667. Com vista ao Conselheiro João Rodrigues Filho, concedida na 194ª Sessão Ordinária;
- 6 Autos CSMP nº 011/2017 – Interessado: Conselho Superior do Ministério Público. Assunto: Estudo para atualização da Resolução CSMP nº 003/2008 e adaptação às normativas do CNMP, conforme deliberações da 182ª e 193ª Sessões Ordinárias (Conselheiro João Rodrigues Filho);

- 7 Autos CSMP nº 0015/2018 – Interessado: Promotor de Justiça Vinícius de Oliveira e Silva. Assunto: Proposta de regulamentação de TAC em matéria de improbidade administrativa (Conselheiro João Rodrigues Filho);
- 8 Autos CPJ nº 017/2018 – Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Proposta apresentada pela Coordenadora do CESAFA, de adoção, no âmbito do MPTO, com similaridade ao MPMG, dos Projetos Sociais como instrumento de atuação ministerial (Conselheiro João Rodrigues Filho);
- 9 Autos CSMP nº 007/2018 - Interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Pedido de reconsideração formulado pelo Promotor de Justiça Roberto de Freitas Garcia contra decisão da Corregedoria-Geral no Pedido de Providências (Classe II) nº 004/2018. Relator Conselheiro José Demóstenes de Abreu. Com vista ao Conselheiro Alcir Raineri Filho, concedida na 193ª Sessão Ordinária;
- 10 Autos CSMP nº 019/2018 – Interessada: Promotora de Justiça Aráina Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro. Assunto: Requerimento de Valoração por contribuição ao aprimoramento institucional - E-doc nº 07010242964201891 (Conselheiro João Rodrigues Filho);
- 11 Devolução dos Autos CSMP nº 001/2014 pelo Colégio de Procuradores, que trata de Requerimento de Licença Prêmio por Tempo de Serviço (Secretário José Demóstenes de Abreu);
- 12 E-doc nº 07010245704201877 – Interessada: Procuradora de Justiça Vera Nilva Álvares Rocha Lira, Coordenadora do CESAFA. Assunto: Encaminha, para aprovação, Projeto Pedagógico do Seminário “Combate à corrupção: panorama atual e atuação interinstitucional”, que acontecerá no dia 03 de outubro de 2018 (Secretário José Demóstenes de Abreu);
- 13 Expedientes informando instauração de Inquéritos Cíveis Públicos:
 - 13.1 E-doc nº 07010242547201848 - Inquérito Civil Público nº 2018.0008309 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
 - 13.2 E-doc nº 07010242545201859 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006134 (9ª P.J. da Capital);
 - 13.3 E-doc nº 07010242543201861 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005457 (9ª P.J. da Capital);
 - 13.4 E-doc nº 07010242540201826 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005889 (9ª P.J. da Capital);
 - 13.5 E-doc nº 07010242569201816 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006155 (9ª P.J. da Capital);
 - 13.6 E-doc nº 07010242550201861 - Inquérito Civil Público

nº 2018.0005523 (P.J. de Filadélfia);	13.27 E-doc nº 07010243997201858 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005237 (P.J. de Paranã);
13.7 E-doc nº 07010242685201827 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004101 (P.J. de Novo Acordo);	13.28 E-doc nº 07010242583201811 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006483 (5ª P.J. de Araguaína);
13.8 E-doc nº 07010243019201814 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006909 (9ª P.J. da Capital);	13.29 E-doc nº 07010242651201832 - Inquérito Civil Público nº 2018.0000341 (9ª P.J. da Capital);
13.9 E-doc nº 07010243017201817 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006662 (9ª P.J. da Capital);	13.30 E-doc nº 07010242865201817 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006444 (9ª P.J. da Capital);
13.10 E-doc nº 07010243015201828 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006619 (9ª P.J. da Capital);	13.31 E-doc nº 07010242972201837 - Inquérito Civil Público nº 2018.0008321 (1ª P.J. de Miranorte);
13.11 E-doc nº 07010243040201811 - Inquérito Civil Público nº 2018.0008356 (P.J. de Novo Acordo);	13.32 E-doc nº 07010242953201819 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006551 (9ª P.J. da Capital);
13.12 E-doc nº 07010243153201815 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007696 (7ª P.J. de Gurupi);	13.33 E-doc nº 07010243258201866 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005775 (20ª P.J. da Capital);
13.13 E-doc nº 07010243098201855 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005053 (P.J. de Paranã);	13.34 E-doc nº 07010243214201836 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003204 (9ª P.J. da Capital);
13.14 E-doc nº 07010243185201811 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006301 (9ª P.J. da Capital);	13.35 E-doc nº 07010243216201825 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007577 (9ª P.J. da Capital);
13.15 E-doc nº 07010243195201848 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006737 (9ª P.J. da Capital);	13.36 E-doc nº 07010243224201871 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005356 (P.J. de Paranã);
13.16 E-doc nº 07010243202201811 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006742 (9ª P.J. da Capital);	13.37 E-doc nº 07010243226201861 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004897 (9ª P.J. da Capital);
13.17 E-doc nº 07010243209201823 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007069 (9ª P.J. da Capital);	13.38 E-doc nº 07010243231201873 - Inquérito Civil Público nº 2018.0008384 (P.J. de Filadélfia);
13.18 E-doc nº 07010243411201855 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005238 (P.J. de Paranã);	13.39 E-doc nº 07010243233201862 - Inquérito Civil Público nº 2018.0008385 (P.J. de Filadélfia);
13.19 E-doc nº 07010243571201811 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007876 (1ª P.J. de Tocantinópolis);	13.40 E-doc nº 07010243142201827 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007474 (P.J. de Almas);
13.20 E-doc nº 07010243533201841 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005620 (1ª P.J. de Taguatinga);	13.41 E-doc nº 07010243142201827 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007470 (P.J. de Almas);
13.21 E-doc nº 07010243591201875 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005428 (P.J. de Paranã);	13.42 E-doc nº 07010243142201827 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007236 (P.J. de Almas);
13.22 E-doc nº 07010243848201899 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005805 (P.J. de Paranã);	13.43 E-doc nº 07010242513201853 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005813 (9ª P.J. da Capital);
13.23 E-doc nº 07010243876201814 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005803 (P.J. de Paranã);	13.44 E-doc nº 07010242787201842 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007344 (P.J. de Goiatins);
13.24 E-doc nº 07010243869201812 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006620 (P.J. de Xambioá);	13.45 E-doc nº 07010242786201814 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007345 (P.J. de Goiatins);
13.25 E-doc nº 07010243944201837 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005804 (P.J. de Paranã);	13.46 E-doc nº 07010242785201853 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007343 (P.J. de Goiatins);
13.26 E-doc nº 07010243974201843 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005504 (P.J. de Paranã);	13.47 E-doc nº 07010242781201875 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005518 (1ª P.J. de Cristalândia);
	13.48 E-doc nº 07010242777201815 - Inquérito Civil Público

nº 2018.0005724 (2ª P.J. de Pedro Afonso);	13.69 E-doc nº 07010245530201842 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004996 (P.J. de Alvorada);
13.49 E-doc nº 07010243982201891 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005546 (2ª P.J. de Pedro Afonso);	13.70 E-doc nº 07010245603201812 – Inquérito Civil Público nº 2018.0007270 (P.J. de Alvorada);
13.50 E-doc nº 07010244200201831 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005320 (P.J. de Paranã);	13.71 E-doc nº 07010245629201844 – Inquérito Civil Público nº 2018.0008170 (1ª P.J. de Miranorte);
13.51 E-doc nº 07010244456201847 - Inquérito Civil Público nº 2018.0008576 (12ª P.J. de Araguaína);	13.72 E-doc nº 07010245753201818 – Inquérito Civil Público nº 2018.0008746 (P.J. de Palmeirópolis);
13.52 E-doc nº 07010244713201841 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006545 (23ª P.J. da Capital);	13.73 E-doc nº 07010245695201814 – Inquérito Civil Público nº 2018.0008734 (7ª P.J. de Porto Nacional);
13.53 E-doc nº 07010245159201819 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001555 (3ª P.J. de Porto Nacional);	13.74 E-doc nº 07010245711201879 – Inquérito Civil Público nº 2018.0008736 (P.J. de Palmeirópolis);
13.54 E-doc nº 07010245231201816 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007968 (8ª P.J. de Gurupi);	13.75 E-doc nº 07010245723201811 – Inquérito Civil Público nº 2018.0008740 (7ª P.J. de Porto Nacional);
13.55 E-doc nº 07010244276201865 - Inquérito Civil Público nº 2017.0002363 (3ª P.J. de Porto Nacional);	13.76 E-doc nº 07010245948201851 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004801 (P.J. de Tocantínia);
13.56 E-doc nº 07010244322201826 - Inquérito Civil Público nº 2018.0008039 (6ª P.J. de Gurupi);	13.77 E-doc nº 07010245939201869 – Inquérito Civil Público nº 2018.0008732 (P. J. de Tocantínia)
13.57 E-doc nº 07010244360201889 - Inquérito Civil Público nº 14/2017 (9ª P.J. de Gurupi);	13.78 E-doc nº 07010246078201836 – Inquérito Civil Público nº 2018.0008790 (2ª P.J. de Araguatins);
13.58 E-doc nº 07010245009201813 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006083 (4ª P.J. de Paraíso);	13.79 E-doc nº 07010246117201811 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004785 (P.J. de Ponte Alta do Tocantins);
13.59 E-doc nº 07010244876201823 - Inquérito Civil Público nº 2018.0008535 (1ª P.J. de Miranorte);	13.80 E-doc nº 07010246124201813 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006577 (1ª P.J. de Miranorte);
13.60 E-doc nº 07010244903201868 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005810 (P.J. de Paranã);	13.81 E-doc nº 07010246158201891 – Inquérito Civil Público nº 2018.0008800 (7ª P.J. de Porto Nacional);
13.61 E-doc nº 07010245132201826 - Inquérito Civil Público nº 2018.0006595 (6ª P.J. de Araguaína);	13.82 E -doc nº 07010246296201871 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006146 (2ª P.J. de Tocantinópolis);
13.62 E-doc nº 07010245344201811 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004260 (P.J. de Ponte Alta);	13.83 E-doc nº 07010246199201888 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005819 (20ª P.J. da Capital);
13.63 E-doc nº 07010245341201871 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004820 (28ª P.J. da Capital);	13.84 E-doc nº 07010246223201889 – Inquérito Civil Público nº 2018.0008807 (7ª P.J. de Porto Nacional);
13.64 E-doc nº 07010245333201823 - Inquérito Civil Público nº 2018.0008698 (7ª P.J. de Porto Nacional);	13.85 E-doc nº 07010246234201869 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006100 (1ª P.J. de Taguatinga);
13.65 E-doc nº 07010245358201827 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005505 (P.J. de Paranã);	13.86 E-doc nº 07010246239201891 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006060 (P.J. de Paranã);
13.66 E-doc nº 07010245326201821 - Inquérito Civil Público nº 2018.0007173 (1ª P.J. de Miranorte);	13.87 E-doc nº 07010246627201872 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006279 (7ª P.J. de Gurupi);
13.67 E-doc nº 07010244449201845 - Inquérito Civil Público nº 2018.0005431 (13ª P.J. de Araguaína);	13.88 E-doc nº 07010246534201848 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005246 (27ª P.J. da Capital);
13.68 E-doc nº 07010245087201818 - Inquérito Civil Público nº 2018.0008637 (8ª P.J. de Gurupi);	13.89 E-doc nº 07010246555201863 – Inquérito Civil

Público nº 2018.0004991 (6ª P.J. de Gurupi);	15.11 E-doc nº 07010245746201816 - Procedimento Preparatório nº 2018.0006206 (28ª P.J. da Capital);
13.90 E-doc nº 07010246458201871 – Inquérito Civil Público nº 2018.0008834 (7ª P.J. de Porto Nacional);	15.12 E-doc nº 07010245974201888 – Procedimento Preparatório nº 2018.0006326 (2ª P.J. de Colinas);
13.91 E-doc nº 07010246453201848 – Inquérito Civil Público nº 2018.0008833 (7ª P.J. de Porto Nacional);	15.13 E-doc nº 07010246154201811 – Procedimento Preparatório nº 2018.0006094 (1ª P.J. de Cristalândia);
13.92 E-doc nº 07010246379201861 – Inquérito Civil Público nº 2018/12969 (22ª P.J. da Capital);	16 Expedientes comunicando conversão de Procedimentos Preparatórios em Inquéritos Cíveis Públicos:
14 Expedientes comunicando instauração de Notícias de Fato:	16.1 E-doc nº 07010245717201846 e E-doc nº 07010245924201817 - Procedimento Preparatório nº 014/2017 em Inquérito Civil Público nº 014/2017 (7ª P.J. de Gurupi);
14.1 E-doc nº 07010242739201854 - Notícia de Fato nº 2018.000.5864 (9ª P.J. da Capital);	17 Expediente informando conversão de Inquérito Civil Público em Procedimentos Administrativos:
14.2 E-doc nº 07010242680201811 - Notícia de Fato nº 2018.0008321 (1ª P.J. de Miranorte);	17.1 E-doc nº 07010242495201818 - Inquérito Civil Público nº 015/2017 em Procedimento Administrativo nº 001/2018 (P.J. de Wanderlândia);
14.3 E-doc nº 07010242973201881 - Notícia de Fato nº 2018.0008346 (1ª P.J. de Miranorte);	18 Expedientes comunicando Declínio de Atribuição entre Promotorias de Justiça:
14.4 E-doc nº 07010243542201832 - Notícia de Fato nº 2018.0008449 (1ª P.J. de Miranorte);	18.1 E-doc nº 07010243408201831 - Remessa do Processo nº 2018.0006661 ao Cartório de 1ª Instância para distribuição entre uma das Promotorias de Justiça com atribuição criminal da Capital (28ª P.J. da Capital);
14.5 E-doc nº 07010243637201856 - Notícia de Fato nº 2018.0008448 (1ª P.J. de Miranorte);	18.2 E-doc nº 07010243407201897 - Remessa do Processo nº 2018.0006697 ao Cartório de 1ª Instância para distribuição entre uma das Promotorias de Justiça com atribuição criminal da Capital (28ª P.J. da Capital);
15 Expedientes comunicando instauração de Procedimentos Preparatórios:	18.3 E-doc nº 07010243406201842 - Remessa do Processo nº 2018.0007093 ao Cartório de 1ª Instância para distribuição entre uma das Promotorias de Justiça com atribuição criminal da Capital (28ª P.J. da Capital);
15.1 E-doc nº 07010242672201858 - Procedimento Preparatório nº 2018.0007571 (28ª P.J. da Capital);	19 Expedientes informando prorrogação de prazo para conclusão de Inquéritos Cíveis Públicos, Procedimentos Preparatórios, Procedimentos Administrativos e Notícia de Fato:
15.2 E-doc nº 07010242778201851 - Procedimento Preparatório nº 2018.0008333 (23ª P.J. da Capital);	19.1 E-doc nº 07010242445201822 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001676 (5ª P.J. de Araguaína);
15.3 E-doc nº 07010242774201873 - Procedimento Preparatório nº 2018.0008331 (23ª P.J. da Capital);	19.2 E-doc nº 07010242669201834 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001503 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
15.4 E-doc nº 07010243075201841 - Procedimento Preparatório nº 2018.0008360 (23ª P.J. da Capital);	19.3 E-doc nº 07010242584201856 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001587 (9ª P.J. de Araguaína);
15.5 E-doc nº 07010243644201858 - Procedimento Preparatório nº 2018.0008467 (6ª P.J. de Gurupi);	19.4 E-doc nº 07010243139201811 - Inquérito Civil Público nº 08/2017 (2ª P.J. de Tocantinópolis);
15.6 E-doc nº 07010244106201881 - Procedimento Preparatório nº 2018.0005972 (2ª P.J. de Colinas);	19.5 E-doc nº 07010243304201827 - Inquérito Civil Público
15.7 E-doc nº 07010244408201859 - Procedimento Preparatório nº 2018.0008565 (23ª P.J. da Capital);	
15.8 E-doc nº 07010244286201817 – Procedimento Preparatório nº 2018.0008553 (P.J. de Arapoema);	
15.9 E-doc nº 07010244778201896 - Procedimento Preparatório nº 2018.0008602 (27ª P.J. da Capital);	
15.10 E-doc nº 07010245445201884 - Procedimento Preparatório nº 2018.0005853 (7ª P.J. de Gurupi);	

nº 2017.0001493 (1ª P.J. de Tocantinópolis);	19.26 E-doc nº 07010244971201827 - Inquérito Civil Público nº 2017.0002055 (6ª P.J. de Gurupi);
19.6 E-doc nº 07010243321201864 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001858 (1ª P.J. de Cristalândia);	19.27 E-doc nº 07010244975201813 - Inquérito Civil Público nº 2017.0002056 (6ª P.J. de Gurupi);
19.7 E-doc nº 07010243592201811 - Inquérito Civil Público nº 009/2016 (P.J. de Almas);	19.28 E-doc nº 07010244989201829 - Inquérito Civil Público nº 2017.0002057 (6ª P.J. de Gurupi);
19.8 E-doc nº 07010243978201821 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001836 (1ª P.J. de Cristalândia);	19.29 E-doc nº 07010244543201811 – Inquérito Civil Público nº 013/2017 (2ª P.J. de Colméia);
19.9 E-doc nº 07010243957201814 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001861 (1ª P.J. de Cristalândia);	19.30 E-doc nº 07010244509201821 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006919 (27ª P.J. da Capital);
19.10 E-doc nº 07010243962201819 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001859 (1ª P.J. de Cristalândia);	19.31 E-doc nº 07010244506201896 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006929 (27ª P.J. da Capital);
19.11 E-doc nº 07010243053201881 - Procedimento Preparatório nº 2018.0006556 (6ª P.J. de Gurupi);	19.32 E-doc nº 07010244536201819 – Procedimento Administrativo nº 001/2017 (P.J. de Wanderlândia);
19.12 E-doc nº 07010243614201841 - Procedimento Administrativo nº 2017.0000657 (P.J. de Xambioá);	19.33 E-doc nº 07010244617201819 – Procedimento Administrativo nº 035/2015 (12ª P.J. de Araguaína);
19.13 E-doc nº 07010243706201821 - Procedimento Administrativo nº 2017.0002141 (P.J. de Xambioá);	19.34 E-doc nº 07010244982201815 - Inquérito Civil Público nº 2017.0002056 (6ª Promotoria de Justiça de Gurupi);
19.14 E-doc nº 07010242423201862 - Inquérito Civil Público nº 002/2017 (P.J. de Colméia);	19.35 E-doc nº 07010244439201818 - Procedimento Preparatório nº 2018.0006144 (2ª P.J. de Tocantinópolis);
19.15 E-doc nº 07010243963201863 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001846 (1ª P.J. de Cristalândia);	19.36 E-doc nº 07010245370201831 - Procedimento Preparatório nº 009/2018 (28ª P.J. da Capital);
19.16 E-doc nº 07010244002201876 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001856 (1ª P.J. de Cristalândia);	19.37 E-doc nº 07010245371201886 – Procedimento Preparatório nº 001/2018 (28ª P.J. da Capital);
19.17 E-doc nº 07010244423201813 - Inquérito Civil Público nº 2017.0000728 (5ª P.J. de Araguaína);	19.38 E-doc nº 07010245533201886 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001306 (P.J. de Palmeirópolis);
19.18 E-doc nº 07010244245201812 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001964 (1ª P.J. de Cristalândia);	19.39 E-doc nº 07010245678201887 - Procedimento Preparatório nº 007/2018 (28ª P.J. da Capital);
19.19 E-doc nº 07010244665201891 - Inquérito Civil Público nº 018/2015 (12ª P.J. de Araguaína);	19.40 E-doc nº 07010245758201832 – Inquérito Civil Público nº 009/2017 (12ª P.J. de Araguaína);
19.20 E-doc nº 07010244670201811 - Inquérito Civil Público nº 008/2017 (12ª P.J. de Araguaína);	19.41 E-doc nº 07010245733201839 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002128 (2ª P.J. de Colinas);
19.21 E-doc nº 07010244674201881 - Inquérito Civil Público nº 034/2015 (12ª P.J. de Araguaína);	19.42 E-doc nº 07010245696201869 - Procedimento Preparatório nº 008/2018 (28ª P.J. da Capital);
19.22 E-doc nº 07010244394201873 - Inquérito Civil Público nº 2005/13741 (Força Tarefa);	19.43 E-doc nº 07010245710201824 - Inquérito Civil Público nº 2017.000125 (9ª P.J. da Capital);
19.23 E-doc nº 07010244656201816 - Procedimento Administrativo nº 013/2015 (12ª P.J. de Araguaína);	19.44 E-doc nº 07010245716201818 - Procedimento Preparatório nº 003/2018 (28ª P.J. da Capital);
19.24 E-doc nº 07010245037201822 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003533 (6ª P.J. de Araguaína);	19.45 E-doc nº 07010245749201841 – Inquérito Civil Público nº 035/2015 (12ª P.J. de Araguaína);
19.25 E-doc nº 07010245206201824 - Procedimento Preparatório nº 2018.0004424 (1ª P.J. de Cristalândia);	

19.46	E-doc nº 07010245745201863 - Inquérito Civil Público nº 010/2015 (12ª P.J. de Araguaína);	Administrativo nº 2018.0008438 (27ª P.J. da Capital);
19.47	E-doc nº 07010245747201852 – Procedimento Preparatório nº 2018.0006716 (28ª P.J. da Capital);	20.8 E-doc nº 07010243527201894 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008441 (27ª P.J. da Capital);
19.48	E-doc nº 07010245655201872 – Inquérito Civil Público nº 004/2017 (12ª P.J. de Araguaína);	20.9 E-doc nº 07010243531201852 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008442 (27ª P.J. da Capital);
19.49	E-doc nº 07010245688201812 – Inquérito Civil Público nº 2017.0000698 (9ª P.J. da Capital);	20.10 E-doc nº 07010243537201821 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008443 (27ª P.J. da Capital);
19.50	E-doc nº 07010245826201863 – Inquérito Civil Público nº 40/2016 (2ª P.J. de Colinas);	20.11 E-doc nº 07010242776201862 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005723 (2ª P.J. de Pedro Afonso);
19.51	E-doc nº 07010246097201862 – Inquérito Civil Público nº 027/2014 (8ª P.J. de Gurupi);	20.12 E-doc nº 07010242775201818 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005719 (2ª P.J. de Pedro Afonso);
19.52	E-doc nº 07010246113201817 – Inquérito Civil Público nº 006/2016 (P.J. de Itacajá);	20.13 E-doc nº 07010243127201889 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006652 (4ª P.J. de Porto Nacional);
19.53	E-doc nº 07010246179201815 – Inquérito Civil Público nº 2017.0000574 (9ª P.J. da Capital);	20.14 E-doc nº 07010243707201876 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008469 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
19.54	E-doc nº 07010245679201821 – Procedimento Administrativo nº 009/2015 (12ª P.J. Araguaína);	20.15 E-doc nº 07010243661201895 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008348 (6ª P.J. de Gurupi);
19.55	E-doc nº 07010245677201832 – Procedimento Administrativo nº 012/2015 (12ª P.J. Araguaína);	20.16 E-doc nº 07010243649201881 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008445 (1ª P.J. de Miranorte);
19.56	E-doc nº 07010245686201823 – Procedimento Administrativo nº 032/2015 (12ª P.J. Araguaína);	20.17 E-doc nº 07010243642201869 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006631 (P.J. de Xambioá);
19.57	E-doc nº 07010246307201812 – Procedimento Administrativo nº 2017.0000848 (2ª P.J. de Guaraí);	20.18 E-doc nº 07010243627201811 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008180 (6ª P.J. de Gurupi);
19.58	E-doc nº 07010246138201811 – Procedimento Administrativo nº 002/2015 (12ª P.J. Araguaína);	20.19 E-doc nº 07010243831201831 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005922 (11ª P.J. de Araguaína);
20	Expedientes informando instauração de Procedimentos Administrativos:	20.20 E-doc nº 07010244008201843 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008353 (6ª P.J. de Gurupi);
20.1	E-doc nº 07010242737201865 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004883 (13ª P.J. de Araguaína);	20.21 E-doc nº 07010244175201894 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008540 (1ª P.J. de Miranorte);
20.2	E-doc nº 07010242867201814 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007564 (4ª P.J. de Colinas);	20.22 E-doc nº 07010243993201871 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005989 (2ª P.J. de Pedro Afonso);
20.3	E-doc nº 07010242888201813 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008339 (12ª P.J. de Araguaína);	20.23 E-doc nº 07010244035201816 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005983 (21ª P.J. da Capital);
20.4	E-doc nº 07010242957201899 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005821 (2ª P.J. de Colinas);	20.24 E-doc nº 07010244032201882 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008349 (6ª P.J. de Gurupi);
20.5	E-doc nº 07010242958201833 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005820 (2ª P.J. de Colinas);	20.25 E-doc nº 07010244181201841 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008543 (1ª P.J. de Miranorte);
20.6	E-doc nº 07010243502201891 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008422 (27ª P.J. da Capital);	20.26 E-doc nº 07010244178201828 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008542 (1ª P.J. de Miranorte);
20.7	E-doc nº 07010243522201861 - Procedimento	20.27 E-doc nº 07010244153201824 - Procedimento

Administrativo nº 2018.0008539 (1ª P.J. de Miranorte);	20.48	E-doc nº 07010245044201824 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008215 (19ª P.J. da Capital);
20.28 E-doc nº 07010244108201871 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005971 (2ª P.J. de Colinas);	20.49	E-doc nº 07010245041201891 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008219 (19ª P.J. da Capital);
20.29 E-doc nº 07010244050201864 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008457 (6ª P.J. de Gurupi);	20.50	E-doc nº 07010245039201811 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008212 (19ª P.J. da Capital);
20.30 E-doc nº 07010243228201851 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005866 (2ª P.J. de Colinas);	20.51	E-doc nº 07010245014201818 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008204 (19ª P.J. da Capital);
20.31 E-doc nº 07010244429201874 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008562 (5ª P.J. de Araguaína);	20.52	E-doc nº 07010245011201884 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008199 (19ª P.J. da Capital);
20.32 E-doc nº 07010244396201862 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008488 (5ª P.J. de Araguaína);	20.53	E-doc nº 07010245007201816 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008203 (19ª P.J. da Capital);
20.33 E-doc nº 07010244448201817 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004978 (13ª P.J. de Araguaína);	20.54	E-doc nº 07010245066201894 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008634 (5ª P.J. de Araguaína);
20.34 E-doc nº 07010244435201821 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006033 (2ª P.J. de Colinas);	20.55	E-doc nº 07010245356201838 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006150 (2ª P.J. de Colinas);
20.35 E-doc nº 07010244433201832 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008561 (5ª P.J. de Araguaína);	20.56	E-doc nº 07010245319201821 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004862 (P.J. de Alvorada);
20.36 E-doc nº 07010245161201898 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008665 (12ª P.J. de Araguaína);	20.57	E-doc nº 07010245875201812 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005745 (6ª P.J. de Araguaína);
20.37 E-doc nº 07010244398201851 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008487 (5ª P.J. de Araguaína);	20.58	E-doc nº 07010245877201895 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005221 (6ª P.J. de Araguaína);
20.38 E-doc nº 07010244431201843 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008563 (5ª P.J. de Araguaína);	20.59	E-doc nº 07010245932201847 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008783 (1ª P.J. de Miranorte);
20.39 E-doc nº 07010244626201893 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008588 (1ª P.J. de Miranorte);	20.60	E-doc nº 07010245672201818 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008731 (P.J. de Wanderlândia);
20.40 E-doc nº 07010244584201891 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008585 (6ª P.J. de Gurupi);	20.61	E-doc nº 07010245680201856 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006224 (4ª P.J. de Colinas);
20.41 E-doc nº 07010244642201886 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008591 (6ª P.J. de Gurupi);	20.62	E-doc nº 07010245685201889 – Procedimento Administrativo nº 2018.0005594 (2ª P.J. de Dianópolis);
20.42 E-doc nº 07010244782201854 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008603 (2ª P.J. de Dianópolis);	20.63	E-doc nº 07010245699201819 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007974 (21ª P.J. da Capital);
20.43 E-doc nº 07010244786201832 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008604 (2ª P.J. de Dianópolis);	20.64	E-doc nº 07010245729201871 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006210 (2ª P.J. de Colinas);
20.44 E-doc nº 07010245004201882 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006257 (19ª P.J. da Capital);	20.65	E-doc nº 07010245730201811 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006209 (2ª P.J. de Colinas);
20.45 E-doc nº 07010244985201841 – Procedimento Administrativo nº 2018.0005690 (19ª P.J. da Capital);	20.66	E-doc nº 07010245731201841 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006207 (2ª P.J. de Colinas);
20.46 E-doc nº 07010244977201811 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007581 (19ª P.J. da Capital);	20.67	E-doc nº 07010245732201894 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006208 (2ª P.J. de Colinas);
20.47 E-doc nº 07010244905201857 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006063 (2ª P.J. de Colinas);	20.68	E-doc nº 07010245735201828 – Procedimento

Administrativo nº 2018.0006253 (2ª P.J. de Colinas);

20.69 E-doc nº 07010245857201814 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008702 (5ª P.J. de Araguaína);

20.70 E-doc nº 07010245859201811 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008703 (5ª P.J. de Araguaína);

20.71 E-doc nº 07010245975201822 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006311 (2ª P.J. de Colinas);

20.72 E-doc nº 07010246099201851 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008791 (1ª P.J. de Miranorte);

20.73 E-doc nº 07010246186201817 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006119 (9ª P.J. de Araguaína);

21 Expedientes comunicando Ajuizamento de Ações Cíveis Públicas – ACP:

21.1 E-doc nº 07010243405201814 - Inquérito Civil Público nº 051/2015 (8ª P.J. de Gurupi);

21.2 E-doc nº 07010242961201857 - Procedimento Administrativo nº 2017.0002135 (6ª P.J. de Alvorada);

21.3 E-doc nº 07010242664201811 - Procedimento Administrativo nº 76/2017 (6ª P.J. de Araguaína);

21.4 E-doc nº 07010243689201822 - Inquérito Civil Público nº 20/2016 (1ª P.J. de Tocantinópolis);

21.5 E-doc nº 07010243890201818 - Procedimento Administrativo nº 2018.0006721 (5ª P.J. de Araguaína);

21.6 E-doc nº 07010243893201843 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007616 (5ª P.J. de Araguaína);

21.7 E-doc nº 07010243894201898 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007615 (5ª P.J. de Araguaína);

21.8 E-doc nº 07010243896201887 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007676 (5ª P.J. de Araguaína);

21.9 E-doc nº 07010244233201881 – Inquérito Civil Público nº 066/2017 (P.J. de Itacajá);

21.10 E-doc nº 07010244237201868 - Inquérito Civil Público nº 003/2016 (P.J. de Itacajá);

21.11 E-doc nº 07010244337201894 – Inquérito Civil Público nº 009/2014 (8ª P.J. de Gurupi);

21.12 E-doc nº 07010244482201875 – Inquérito Civil Público nº 020/2017 (8ª P.J. de Gurupi);

21.13 E-doc nº 07010244381201811 – Inquérito Civil Público nº 006/2017(P.J. de Itaguatins);

21.14 E-doc nº 07010244491201866 – Inquérito Civil Público 070/2017 (5ª P.J. de Porto Nacional);

21.15 E-doc nº 07010245305201814 – Inquérito Civil Público nº 039/2015 (6ª P.J. de Gurupi);

21.16 E-doc nº 07010245928201889 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006880 (6ª P.J. de Gurupi);

21.17 E-doc nº 07010246087201827 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008105 (5ª P.J. de Araguaína);

21.18 E-doc nº 07010246171201841 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008127 (5ª P.J. de Araguaína);

21.19 E-doc nº 07010246172201895 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008191 (5ª P.J. de Araguaína);

21.20 E-doc nº 07010246170201812 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007504 (5ª P.J. de Araguaína);

22 Expedientes informando Ajuizamento de Medida Protetiva;

22.1 E-doc nº 07010245037201822 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003533 (6ª P.J. de Araguaína);

23 Expediente comunicando Aditamento de Procedimento Extrajudicial:

23.1 E-doc nº 07010244014201817 - Procedimento Administrativo nº 2018.0008180 (6ª P.J. de Gurupi);

24 Expedientes informando arquivamento/finalização de Procedimentos extrajudiciais:

24.1 E-doc nº 07010242924201849 - Inquérito Civil Público nº 004/2017 (1ª P.J. de Miranorte);

24.2 E-doc nº 07010243343201824 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004791 (9ª P.J. de Gurupi);

24.3 E-doc nº 07010243352201815 - Procedimento Administrativo nº 2017.0000888 (2ª P.J. de Guaraí);

24.4 E-doc nº 07010243886201841 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007945 (5ª P.J. de Araguaína);

24.5 E-doc nº 07010243900201815 - Procedimento Administrativo nº 2017.0003997 (5ª P.J. de Araguaína);

24.6 E-doc nº 07010244230201846 – Procedimento Administrativo nº 2017.0002289 (6ª P.J. de Gurupi);

24.7 E-doc nº 07010244296201836 – Procedimento Administrativo nº 015/2016 (P.J. de Wanderlândia);

24.8 E-doc nº 07010244402201881 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006518 (5ª P.J. de Araguaína);

24.9 E-doc nº 07010244400201892 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007503 (5ª P.J. de Araguaína);

24.10 E-doc nº 07010244399201812 – Procedimento

- Administrativo nº 2018.0008192 (5ª P.J. de Araguaína);
- 24.11 E-doc nº 07010245076201821 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006589 (5ª P.J. de Araguaína);
- 24.12 E-doc nº 07010245075201885 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006968 (5ª P.J. de Araguaína);
- 24.13 E-doc nº 07010245074201831 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006818 (5ª P.J. de Araguaína);
- 24.14 E-doc nº 07010245071201813 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007159 (5ª P.J. de Araguaína);
- 24.15 E-doc nº 07010244954201891 – Procedimento Administrativo nº 2018.0008256 (5ª P.J. de Araguaína);
- 24.16 E-doc nº 07010245061201861 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006719 (5ª P.J. de Araguaína);
- 24.17 E-doc nº 07010245761201856 - Procedimento Administrativo nº 2017.0002121 (P.J. de Palmeirópolis);
- 24.18 E-doc nº 07010245907201863 – Procedimento Administrativo nº 007/2017 (P.J. de Almas);
- 24.19 E-doc nº 07010246169201871 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007678 (5ª P.J. de Araguaína);
- 24.20 E-doc nº 07010246166201838 – Procedimento Administrativo nº 2018.0007617 (5ª P.J. de Araguaína);
- 25 Expediente informando firmamento de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC:
- 25.1 E-doc nº 07010243079201829 - Inquérito Civil Público nº 05/2016 (4ª P.J. de Porto Nacional);
- 25.2 E-doc nº 07010244159201818 - Inquérito Civil Público nº 019/2011 (6ª P.J. de Gurupi);
- 26 E-doc nº 07010245555201846 - Interessada: Dra. Maria Juliana Naves Dias do Carmo, 7ª Promotora de Justiça de Gurupi. Assunto: Encaminha, para conhecimento, cópia de Recomendação nº 003/2018 expedida no bojo do Inquérito Civil Público nº 2018.0005853;
- 27 E-doc nº 07010242679201871 – Interessada: Promotora de Justiça Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro. Assunto: Informa ausência na comarca e comunica participação em evento promovido pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, realizado no dia 17/09/2018, em Brasília;
- 28 E-doc nº 07010245750201876 - Interessado: Dr. Adriano César Pereira das Neves, 28º Promotor de Justiça da Capital. Assunto: Encaminha, para conhecimento, cópia de Despacho em termina a remessa do Processo nº 2018.0005673 ao Substituto legal, 9º Promotor de Justiça da Capital, tendo em vista a arguição de suspeição;
- 29 Outros Assuntos.

PUBLIQUE-SE.

Palmas, 03 de outubro de 2018.

José Omar de Almeida Júnior

Procurador-Geral de Justiça
Presidente do CSMP/TO

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PP/2040/2018

Processo: 2018.0005217

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do Promotor de Justiça signatário, titular da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso das atribuições previstas no artigo 25, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, e art. 2º e seguintes da Resolução nº 03/2008, do CSMP/TO;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, competindo-lhe, entre outras, ações em defesa do patrimônio público e da probidade administrativa;

CONSIDERANDO que a Administração Pública de qualquer dos entes da Federação, inclusive suas sociedades de economia mista, empresas públicas e entidades autárquicas e fundacionais, devem necessariamente obedecer aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do artigo 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as informações contidas na Notícia de Fato 2018.0005217, contendo informações de suposta cumulação de cargos de forma indevida pela servidora conhecida como Tatiane Saraiva;

CONSIDERANDO que as condutas noticiadas podem configurar ato de improbidade administrativa lesivo aos princípios reitores da Administração e ao erário, nos termos da Lei 8.429/92, sujeitando o infrator e demais partícipes às sanções previstas na legislação indicada, bem como à reparação de eventual dano ao erário;

CONSIDERANDO, por fim, a impossibilidade de seguimento das investigações em sede de Notícia de Fato, diante da impropriedade do procedimento e esgotamento do prazo para a conclusão;

RESOLVE:

Converter a Notícia de Fato 2018.0005217 em PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO com o objetivo apurar as irregularidades apontadas, determinando, para tanto, as seguintes providências:

- 1) Registre-se e autue-se a presente portaria, instruindo-a com a documentação mencionada;
- 2) Designo os servidores lotados nesta Promotoria de Justiça para secretariar o feito;
- 3) Oficie-se ao Colendo Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins dando ciência da instauração do Inquérito Civil, com cópia da presente portaria, para os fins do artigo 62 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e artigo 19, §2º, Incisos I e II, da Resolução nº 003/2008 do CSMP/TO;
- 4) Afixe-se cópia da presente Portaria no placar da sede da Promotoria de Justiça, lavrando-se a respectiva certidão;
- 5) Reitere-se ofício em cumprimento à deliberação inserta ao evento 9.

Cumpra-se com urgência.

ARAGUAÍNA, 02 de Outubro de 2018

Documento assinado por meio eletrônico
TARSO RIZO OLIVEIRA RIBEIRO
06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/2041/2018

Processo: 2018.0008865

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do Promotor de Justiça signatário, titular da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína - TO, no uso das atribuições previstas no artigo 129, III, da Constituição Federal, 26, I, da Lei nº 8.625/93, artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08 e art. 2º e seguintes da Resolução nº 03/2008, do CSMP/TO;

CONSIDERANDO que à Secretaria Municipal de Muricilândia – TO teria realizado diversas licitações com irregularidade e/ou ilegalidade, no ano de 2012, para aquisição de bens e equipamentos para o abastecimento do Posto de Pronto Atendimento do mencionado município;

CONSIDERANDO que, no ano de 2012, foram realizadas as seguintes licitações: (a) convite 09/2012; (b) pregão presencial nº 08/2012; (c) pregão presencial nº 010/2012; (d) pregão presencial nº 04/2012; (e) convite nº 06/2012; (f) convite nº 05/2012; (g) pregão presencial nº 12/2012; (h) pregão presencial nº 15/2012; (i) pregão presencial nº 04/2012; (j) pregão presencial nº 06/2012; (k) convite 09/2012; (m) convite 05/2012; (n) pregão presencial nº 13/2012; (h) pregão presencial nº 10/2012;

CONSIDERANDO que na denúncia apontou eventual sobrepreço na aquisição dos produtos/serviços pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Muricilândia – TO;

CONSIDERANDO que o presente procedimento ainda não se encontra instruído com dados convincentes a permitir a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais ou seu arquivamento;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência nos termos do artigo 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a proteção do Patrimônio Público e a Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos (artigo 129, III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos noticiados, suas causas e eventuais responsabilidades e que ao Ministério Público do Estado do Tocantins compete apurar eventual ofensa aos Princípios da Administração Pública, RESOLVE INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, considerando como elementos que subsidiam a medida, o seguinte:

1 – Origem: Representação feita pelo Sr. Alessio Batista Pereira Júnior.

2 – Investigados: José Antônio Gil da Silva, Jair Luiz Montes, Edson Paulo Chaves;

3 – Objeto do Inquérito: Averiguar eventual sobrepreço nos seguintes processos licitatórios do Município de Muricilândia – TO: (a) convite 09/2012; (b) pregão presencial nº 08/2012; (c)

pregão presencial nº 010/2012; (d) pregão presencial nº 04/2012; (e) convite nº 06/2012; (f) convite nº 05/2012; (g) pregão presencial nº 12/2012; (h) pregão presencial nº 15/2012; (i) pregão presencial nº 04/2012; (j) pregão presencial nº 06/2012; (k) convite 09/2012; (m) convite 05/2012; (n) pregão presencial nº 13/2012; (h) pregão presencial nº 10/2012.

4 – Diligências:

4.1. Seja a presente Portaria registrada nos sistemas informatizados de controle, com as anotações e comunicações devidas e a afixação de cópia no local de costume;

4.2. Expeça-se ofício ao Conselho superior do Ministério Público comunicando a instauração do Inquérito Civil Público, observando as demais disposições da Resolução nº 003/2008/CSMP/TO;

4.3. Designo servidor lotada na 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Araguaína – TO, para secretariar o feito;

4.4. Afixe-se cópia da presente Portaria no placar da sede da Promotoria de Justiça, lavrando-se a respectiva certidão;

4.5. Expeça-se ofício ao Presidente do Tribunal de Contas solicitando informações acerca de auditoria no Município de Muricilândia – TO, no ano de 2012;

4.6. Expeça-se ofício ao atual Prefeito de Muricilândia – TO para que no prazo de 10 (dez) dias, informe (a) se houve a constatação de eventual sobrepreço nos seguintes processos licitatórios: (a) convite 09/2012; (b) pregão presencial nº 08/2012; (c) pregão presencial nº 010/2012; (d) pregão presencial nº 04/2012; (e) convite nº 06/2012; (f) convite nº 05/2012; (g) pregão presencial nº 12/2012; (h) pregão presencial nº 15/2012; (i) pregão presencial nº 04/2012; (j) pregão presencial nº 06/2012; (k) convite 09/2012; (m) convite 05/2012; (n) pregão presencial nº 13/2012; (h) pregão presencial nº 10/2012; (b) se, no ano de 2012, à Secretaria de Saúde adquiriu agulhas para atender os Postos de Saúde, no valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por unidade, conforme representação do Sr. Alessio Batista;

4.7. Após o cumprimento das diligências, encaminhe-se os Autos ao CAOPAC – Caop do Patrimônio Público solicitando parecer acerca da averiguação de eventuais sobrepreços, nos seguintes processos licitatórios: (a) convite 09/2012; (b) pregão presencial nº 08/2012; (c) pregão presencial nº 010/2012; (d) pregão presencial nº 04/2012; (e) convite nº 06/2012; (f) convite nº 05/2012; (g) pregão presencial nº 12/2012; (h) pregão presencial nº 15/2012; (i) pregão presencial nº 04/2012; (j) pregão presencial nº 06/2012; (k) convite 09/2012; (m) convite 05/2012; (n) pregão presencial nº 13/2012; (h) pregão presencial nº 10/2012.

Cumpra-se.

ARAGUAINA, 02 de Outubro de 2018

Documento assinado por meio eletrônico

TARSO RIZO OLIVEIRA RIBEIRO

06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAINA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/2029/2018

Processo: 2018.0005246

A 27ª Promotoria de Justiça da Capital, considerando as informações extraídas do Procedimento Preparatório nº 2018.0005246 (em anexo), no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 129, inc. III da Constituição e pelo art. 8º, § 1º, da Lei Ordinária 7.347, de 24 de julho de 1985 e legitimada consoante o art. 1º, inc. IV c/c art. 5º inc. I, ambos do referido estatuto infraconstitucional, resolve converter o PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, considerando como elementos que subsidiam a medida, o seguinte:

1. Origem: Procedimento Preparatório nº 2018.0005246 (processo eletrônico e-ext);
2. Investigado(s): Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria de Saúde de Palmas;
3. Objeto do Inquérito: Averiguar a pactuação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) para a supervisão dos Laboratórios públicos e privados que realizam exames de interesse da saúde pública, no Município de Palmas;
4. Fundamento Legal: Art. 196 da Constituição Federal e normas sanitárias infraconstitucionais.
5. Diligências:
 - 5.1 As diligências que justificam a instauração deste Procedimento, constam do Termo de Audiência nº 077/2018, realizada no Procedimento Preparatório epigrafado, designando o dia 30/10/2018, às 09 horas, para que s representantes da Secretaria de Estado da Saúde e da Secretaria da Saúde do Município de Palmas, apresentem RESOLUÇÃO da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), bem como o PLANO DE DESCENTRALIZAÇÃO DAS SUPERVISÕES LABORATORIAIS PARA O MUNICÍPIO DE PALMAS.
6. Comunicação ao Conselho Superior do Ministério Público, informando a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, remetendo cópia da Portaria inaugural, na forma da Resolução nº 003/2008/CSMP.

PALMAS, 28 de Setembro de 2018

Documento assinado por meio eletrônico
MARIA ROSELI DE ALMEIDA PERY
27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/2031/2018

Processo: 2018.0004991

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por seu Promotor de Justiça infra-assinado, no uso de suas atribuições previstas na Constituição Federal (artigo 129, inc. III), na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – nº 8.625/93 (artigo 26, inc. I) e na Lei Complementar Estadual nº 51/2008, e:

CONSIDERANDO que foi autuado, nesta Promotoria de Justiça, o Procedimento Preparatório nº 543/2018, cujo objeto é “apurar a falta de condições para médicos cooperados à COOPANEST/TO realizarem as cirurgias eletivas, no HRG desde o dia 27/03/2018, com adoção de providências para solucionar o problema”;

CONSIDERANDO a proximidade de expiração do prazo de conclusão do referido procedimento e a necessidade de novas diligências;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução n. 003/2008, que regulamenta, dentre outras questões, a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, em caso de vencimento do prazo para conclusão daquele;

RESOLVE:

Converter o Procedimento Preparatório nº 0543/2018 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO mantendo-se o objeto da investigação, determinando-se, desde logo, o que segue:

- a) Afixe-se cópia da presente Portaria no placard da sede das Promotorias de Justiça de Gurupi, pelo prazo de 30 (trinta) dias;
- b) Comunique-se o Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins acerca da instauração do presente, e solicite-se publicação da portaria na Área Operacional de Publicidade de Atos Oficiais do MPTO
- c) Requisite-se ao Secretário de Estado da Saúde, com cópia desta Portaria, da Recomendação (Evento 16) e do Relatório de vistoria do CRM/TO (Evento 24), no prazo máximo de 15 (quinze) dias, comprovação documental de providências adotadas e/ou cronograma das que serão adotadas para sanar todas as irregularidades mencionadas;
- d) Após, conclusos.

Fica nomeado para secretariar os trabalhos desenvolvidos no presente Inquérito Civil Público um Técnico ou Analista Ministerial lotado nesta 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi, o qual deverá firmar o respectivo termo de compromisso e juntá-lo aos autos.

Cumpra-se.

GURUPI, 28 de Setembro de 2018

Documento assinado por meio eletrônico
MARCELO LIMA NUNES
06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

